



-----ATA nº03/2018-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----

----2-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais; -----

----3-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----

----4-Outros assuntos de interesse para o Município; -----

----5-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-

----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta do membro Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão, que justificou a sua ausência e solicitou a sua substituição, em conformidade com os artigos 54º e 58º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo assim estado presente o membro José Carlos Lopes Soares. -----

----Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal ficando disponível para eventual consulta. -----

----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a ata da sessão realizada em 27/04/2018, previamente remetida a todos os membros e da qual, conforme deliberado na sessão de 22/12/2017, foi dispensada a leitura e não havendo intervenções, foi a mesma colocada a votação e aprovada por maioria, com 2 (duas) abstenções dos membros Luis Manuel Calheiros da Cunha Andrade e Carlos Alberto Silva Gonçalves por não terem estado presentes nessa sessão. -----

-----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:-----

---- O membro Ricardo Morgado leu um texto no qual refere a importância e o sucesso da realização da Feira dos Sabores do Tejo e que a seguir se transcreve.-----

---- "Vila Velha de Ródão, dia após dia, assume-me como um município em movimento. Cada vez mais, as grandes resoluções globais, estão nas mãos do poder local. E os Rodenses, estão em boas mãos.-----

---- Organizado pelo Município, decorreu no passado fim de semana (22 - 24 de junho) a Feira dos Sabores do Tejo. Um evento que, sendo marcadamente institucional, evidenciou o que melhor se faz e produz na região. São deliciosos os nossos produtos locais. Quem prova, gosta, compra e recomenda! Atingir o topo da pirâmide, colocar-nos lado a lado com os melhores. Foi o que assistimos, de forma calorosa, durante três dias. Um evento que nos deve orgulhar a todos. Parabéns a toda a equipa, da Câmara Municipal, envolvida no certame. Bem hajam a todos os que nos visitaram. Se, primeira visita, saíram com a certeza que há motivos para regressarem.-----

---- Com o mote "Sentir o Rio e Viver a Terra", num cenário idílico, com as Portas de Ródão como pano de fundo, não foi só o calor do tempo que contribuiu para o sucesso do evento. Houve muita animação, muita confraternização. O evento apresentou múltiplas atividades relacionadas com o nosso património natural e com o Tejo. A animação continuou noite fora com espetáculos musicais de inegável qualidade. É reconfortante pensarmos que aqueles que estão fora, ficam com vontade de ficar...-----

---- Tradicionalmente responsável pelo êxodo migratório para o litoral, o interior é acusado de não incentivar os investimentos e de prejudicar o progresso económico e o desenvolvimento social. Em



Vila Velha de Ródão, isto não acontece! -----

----Na cerimónia de abertura, o Sr. Presidente da Câmara, Luís Pereira, destacou o desenvolvimento do concelho, nomeadamente os importantes investimentos aqui realizados, fundamentais na participação no sucesso do País. -----

----Reforçamos! Se o Município não tivesse uma estratégia de progresso bem delineada, hoje a situação seria dramática. Congratulamo-nos com uma taxa de desemprego residual. Onde se quer apostar na fixação de pessoas, de forma sustentável, ombro a ombro com a não prevaricação do nosso meio ambiente. Com a qualidade de vida que os Rodenses merecem. -----

----Na presente edição, destacamos ainda a apresentação da fase final do concurso "Portas de Ródão - O Melhor Doce". Uma iniciativa que desafiou os doceiros e pasteleiros da região a criar um doce original, com base nos produtos endógenos. Um êxito, de deixar água na boca. -----

----Uma região por desbravar, graças aos seus importantes recursos hídricos, à fertilidade dos seus solos, à exuberância das suas paisagens naturais, à atratividade turística e ao paladar saboroso da sua versátil gastronomia. Modo de vida genuíno que tem atraído cada vez mais turistas, deixando rasgados elogios. -----

----Porque como referiu a Sra. Secretária de Estado do Turismo, Ana Godinho, no também seu discurso de abertura, o melhor de Portugal, são os Portugueses. Com a pujança e determinação a que assistimos, no fim de semana passado, dizemos que são os Rodenses."

----O membro Fernando Roma, no seguimento dos trabalhos de limpeza das lamas do leito do Rio Tejo, sugeriu o agendamento de uma visita facultativa, por parte dos membros deste Órgão e se possível extensível à população em geral, ao local onde essas lamas estão

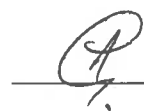
depositadas, solicitando também mais informação sobre os sensores de monitorização do rio Tejo.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que iria solicitar à Autoridade Portuguesa do Ambiente o agendamento dessa visita, que não seria efetuada como um ato oficial deste Órgão e quanto aos sensores, essa questão teria que ser respondida pelo Sr. Presidente do Executivo.-----

---- O membro Paula Gonçalves, segundo secretário da Mesa, na qualidade de membro da Direção da Sociedade Filarmónica e na qual lhe foi delegado o pelouro da Cultura, Desporto e Comunicação, deu os parabéns ao Município de Vila Velha de Ródão, na pessoa do Senhor Presidente Drº Luís Pereira, pela iniciativa da criação de um Quiosque do Café, o qual foi uma representação da Delta cafés, que foi uma inovação este ano na Feira, que tal como o Stand das Terras D'ouro, veio colmatar a falha de não existir um ponto de café. Nesse sentido fora lançado o desafio à IPSS da Sociedade Filarmónica, o que muito os honrou poder ter participado, conseguindo assim uma ajuda para as obras que estão neste momento a realizar no Centro Comunitário.-----

---- O membro Júlia Ceia apresentou uma retificação ao texto da proposta apresentada pela Coligação "Novo Rumo" na última sessão, sobre a acessibilidade pedonal na Rua António Faria da Silva, sita nesta vila e que a seguir se transcreve:-----

---- *"Na proposta de resolução apresentada na Assembleia Municipal, em 27 de Abril de 2018, pela coligação **"NOVO RUMO -PPD-PSD.CDS/PP"** em que "Recomenda à Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão que proceda à melhoria da acessibilidade pedonal na Rua António Faria da Silva", na sua introdução justificativa continha, no segundo parágrafo, a expressão "... pavimento em blocos de granito ..." e o*



correto seria "... pavimento em blocos de calcário ...", por ser o que o se verifica na referida rua. Com a mudança do termo "granito" para "calcário" não é alterada a intencionalidade do texto original. -----

----Desta forma, o texto introdutório, no seu segundo parágrafo, passará a ter a seguinte redação: -----

----"... -----

----"Os acessos pedonais (vulgo passeios) tanto à direita como à esquerda da referida via, são pela sua característica de implantação (inclinada) e pavimento em blocos de calcário, de uma dificuldade para a movimentação dos peões, principalmente para idosos, outros com problemas de locomoção, bem como, quando acompanhadas de crianças, sejam elas de colo ou de pouca idade. ---

----"...". -----

----Pelo exposto anteriormente, a coligação **"NOVO RUMO - PPD/PSD.CDS/PP"** solicita à Assembleia Municipal a rectificação do texto da proposta original" -----

----O membro Fernando Roma referiu que na última sessão quando esta foi aqui apresentada, houve algumas dúvidas se a mesma era uma proposta ou uma recomendação de obras à Câmara Municipal, pensando que com a apresentação desta alteração se agravava mais a situação, porque quem teria de definir os materiais a aplicar teriam que ser os serviços técnicos da autarquia. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal entendia que o que se propunha com esta alteração era manter a calçada existente e apenas alterar o relevo da mesma. -----

----O membro José Carlos Soares, disse que o que estava na proposta inicial e esclareceu que era de facto uma proposta e uma recomendação à Câmara Municipal, referia que os passeios fossem

alterados, dando como exemplo que os mesmos, em vez de serem inclinados, fossem feitos em patamares, mas era lógico que competia aos serviços técnicos da autarquia ou a quem executasse o projeto, arranjar a melhor solução para que aquele arruamento passa-se a ter mais segurança, lembrando que o mesmo tinha um grande afluxo de pessoas e que já várias ali tinham sofrido quedas, principalmente quando o pavimento estava molhado.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que, pelo que entendia, o agora proposto era apenas uma alteração ao texto da proposta original, pelo que colocou a votação a retificação agora apresentada, tendo sido esta aprovada com 4 (quatro) votos a favor e 15 (quinze) abstenções.-----

---- **2-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais;**-----

---- O membro Maria José Sobreira, solicitou esclarecimento sobre a verba inscrita no quadro referente à Revisão do Plano de Atividades, criada em 2018 e designada "sensibilização dos rodenses para os impactos das alterações climáticas".-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que a mesma era referente a duas candidaturas que a Câmara Municipal efetuara no âmbito da sensibilização às alterações climáticas, num total das duas candidaturas de 369.000,00€ (trezentos e sessenta e nove mil euros) que serão financiados pelo POSEUR em 75% (setenta e cinco por cento) e a verba inscrita correspondia ao valor que vai ser investido já este ano, sendo o restante valor investido no próximo ano. Mais informou que estas candidaturas tinham como objetivo a sensibilização das pessoas para esta problemática, para a elaboração da cartografia de risco e mais um conjunto de ações que serão desenvolvidas ao longo destes dois anos e que para além da



chamada de atenção das pessoas para o impacto que as alterações climáticas tem no seu quotidiano, vinha também dotar o Município de instrumentos para responder melhor a este problema. -----

----À questão colocada pelo membro Luis Coutinho sobre a que tipo de investimentos se referia o aumento de 165.000,00€ (cento e sessenta e cinco mil euros) inscrito na rubrica "outros investimentos" da revisão do Orçamento da despesa, o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que era referente à elaboração da cartografia para as alterações climáticas. -----

----O membro José Carlos Soares, no seguimento do assunto das alterações climáticas, deixou como recomendação de que seria importante que a estação meteorológica do SNIRH/APA (16K/01G), que fornece dados desde 1931, vem apresentando há alguns anos falhas, como tal, se fosse possível à Câmara Municipal solicitar junto da APA a resolução desses problemas, devido à importância dos dados recolhidos e pelo histórico dessa informação. -----

----3-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 20 (vinte) de junho, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 4.302.147,12€ (quatro milhões, trezentos e dois mil, cento e quarenta e sete euros e doze cêntimos), dos pagamentos efetuados de 2.630.057,91€ (dois milhões, seiscentos e trinta mil, cinquenta e sete euros, e noventa e um cêntimos) e do saldo reportado a 20/06/2018 de 4.740.821,67€ (quatro milhões, setecentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e um euros e sessenta e sete cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no

valor de 419.665,85€ (quatrocentos e dezanove mil, seiscentos e sessenta e cinco euros, e oitenta e cinco cêntimos) e no nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, na Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais.--

---- O membro Carlos Gonçalves referiu que este documento tinha sido recebido á cerca de dez minutos e a análise que se poderia fazer era muito reduzida, como tal ou o Sr. Presidente da Câmara Municipal faria uma exposição ponto a ponto do mesmo, ou teria que se avaliar o mesmo noutro momento, porque não era em cinco minutos que teriam capacidade para fazer uma apreciação correta do mesmo. Avaliação essa que iria no sentido do interesse do Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque um documento que é apresentado pelo mesmo e que não pode ser discutido pelos membros deste Órgão, na sua opinião, também não ajudaria ao exercício das suas funções executivas, deixando por isso aqui este reparo.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que a distribuição deste documento sempre fora feita desta forma.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que o que se pretendia com este documento, era dar uma informação o mais exaustiva possível da atividade da Câmara Municipal no período referido na mesma e pensava que a informação contida neste não era de uma complexidade que justificasse a sua distribuição com dias de antecedência e que era um documento de leitura fácil, que fora enriquecido com uma informação mais detalhada, mas poderia ser simplificada para assim facilitar a sua leitura e apreciação. Mais disse que a extensão do seu conteúdo tinha como objetivo ser o mais esclarecedor possível e que nunca se furtara a responder a todas as



questões que lhe foram colocadas, ficando registado e iria analisar a melhor forma para dar resposta a este reparo. -----

----O membro Fernando Roma disse que, através da leitura das Atas do executivo, constatara que foram assinados dois protocolos com o executivo, um com a APA sobre a regularização fluvial e outro com a Diocese de Portalegre e Castelo Branco para pedir um subsídio para a salvaguarda e valorização do património, solicitando mais esclarecimentos sobre os mesmos. -----

----O membro Maria José Sobreira, em relação à alínea referente à ação social escolar, nomeadamente à isenção aí referida às 40 (quarenta) crianças a frequentar a creche, questionou se esta referencia se prendia com as medidas anunciadas no âmbito da fixação de famílias no concelho. Salientou também com agrado a grande afluência na frequência do Ginásio Municipal. -----

----O membro Carlos Gonçalves, no seguimento da resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse que a informação em causa poderia ser enviada de véspera, porque na sua opinião, era impossível a alguém neste tão curto espaço de tempo, ter a capacidade para o analisar e debater convenientemente e fazer aquilo que era essencial que era propor algo. Sendo assim propunha que no futuro o mesmo pudesse ser entregue com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência e quanto ao presente documento não se iria pronunciar e não acreditava que fosse um bom caminho para o bom exercício deste executivo. -----

----O membro Ricardo Morgado, pegando nas palavras do membro Carlos Gonçalves, que considerou de alguma demagogia, disse que bastaria estar um bocadinho atento ao que se fazia no concelho para chegar aqui e ter um resumo, realçando em seguida alguns pontos deste documento, nomeadamente a referência à gratuidade dos

manuais escolares para todos os alunos do concelho, à atividade da Biblioteca Municipal, salientando as comemorações, este ano, dos dez anos do seu funcionamento. Deu também os parabéns ao Executivo pela realização do espetáculo de recriação da lenda do Rei Wamba, que foi um sucesso e sublinhou a aposta na marca "Terras de Oiro", que nos deveria orgulhar a todos e que tinha todas as condições para continuar o excelente trabalho que tinha sido feito até aqui.

---- O membro Miguel Fradique questionou se este ano as Piscinas Municipais não teriam o habitual dia semanal de fecho e salientou o bom trabalho desenvolvido com os jovens do concelho, pelo Professor Edgar com o Projeto de Volei e Gira-Volei, com alguns resultados de relevo e que seria interessante continuar a apoiar este projeto.--

---- O membro Carlos Gonçalves disse que gostaria que o membro que tinha dito que tinha sido demagogo lhe explicasse o porquê dessa afirmação, porque pedir um documento atempadamente não era demagogia mas sim democracia e uma participação política pelos atores políticos em pé de igualdade, teria que ter acesso aos documentos. Talvez para os membros da bancada socialista este documento estava bem elaborado, mas para os membros da bancada da Coligação "Novo Rumo", não tendo atempadamente acesso ao mesmo, não tenham a capacidade de o discutir ou então podiam discutir um ou outro ponto, mas este documento tinha várias páginas. Mais disse que se habituassem ao debate democrático e à participação cívica e política como deveria ser feita e que o Sr. Presidente da Câmara Municipal já tinha registado esta preocupação, esperando que o Presidente da Assembleia Municipal, no futuro e em interação com o Executivo, permitisse que os documentos chegassem com a antecedência mínima de pelo menos vinte e quatro horas, possibilitando assim a sua análise e discussão com conhecimento de



causa. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que este documento tinha chegado hoje a este Órgão e como tal, seria muito difícil enviá-lo antecipadamente, ficando também registado essa preocupação. Lembrou no entanto que vivíamos em democracia há muitos anos e ninguém aqui estava desabitinado do debate democrático e que neste Órgão havia democracia. -----

----O membro Carlos Gonçalves retorquiu que o Sr. Presidente tinha sido o primeiro a reconhecer que não tinha feito qualquer consideração sobre o conteúdo deste documento, como tal não poderia ser tratado de demagogo porque não tinha feito qualquer observação sobre ele, mas sim e apenas na forma como o mesmo lhes foi apresentado. -----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Perais, Joaquim Vaz, disse que até compreendia e dava a razão ao membro Carlos Gonçalves, porque quando não se vivia no concelho poderia ser difícil estar por dentro e acompanhar o que por cá se passava, mas não compreendia que os restantes membros dessa bancada tivessem essa dificuldade. -----

----O membro Carlos Gonçalves respondeu que era verdade que não vivia no concelho, mas o facto de cá não viver só demonstrava que não tendo argumentação os membros dessa bancada torneavam o debate. Mais disse que apesar de cá não viver gostava muito do seu concelho e tinha algo que lhe dava legitimidade que era a Constituição Portuguesa e essa, este membro, era obrigado a respeitá-la. Mais disse que não havia problema em não viver cá, mas estava presente para fazer o debate político e ficava admirado que, quem cá vivia, tivesse de encontrar esta forma de desconsiderar alguém porque não tinham argumentos para explicar o porquê dos membros da Assembleia

Municipal que receberam um documento vasto e que têm dez minutos para o analisar, quando ninguém teria capacidade para o debater de forma séria, quer cá vivesse ou não. A única pessoa que o poderia fazer era quem o elaborou, mas só se referira à questão processual, porque se quereriam que este documento fosse debatido que o entregassem com antecedência.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal pediu a todos os membros moderação nas suas intervenções para que os trabalhos decorressem com normalidade.-----

---- O Presidente da Junta de Freguesia de Perais, Joaquim Vaz, disse que o membro Carlos Gonçalves não tinha compreendido bem a sua intervenção e que ele não tinha dito que este membro não tinha razão, mas sim que os outros membros viviam no concelho e conheciam a sua realidade.-----

---- O membro Carlos Gonçalves esclareceu que o que lhe foi dito é que não estando cá, não tinha conhecimento do que estava no documento e não estaria em condições de o analisar em cinco minutos e que havia aqui membros desta bancada que residiam cá e essa questão não se punha, mas o que aqui estava em causa era que para haver um debate sério todas as pessoas envolvidas soubessem o que estavam a discutir, mas aparentemente essa situação no futuro será resolvida e pensava que acabou por ser gratificante o debate à volta deste tema.-----

---- O membro Luis Coutinho disse que a questão em torno da residência ou não residência no concelho de alguns membros era prática recorrente em quase todas as sessões deste Órgão e esta insistência já se estava a tornar aborrecida e além disso era uma situação comum às duas bancadas, que não interessava para nada e só nos fazia perder tempo. Em relação ao documento disse que até



poderiam ter capacidade para o analisar em dez ou quinze minutos, mas para isso não poderiam estar com atenção ao desenrolar dos trabalhos e participar nos mesmos. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por falar dos sensores do Rio Tejo, dizendo que estavam na sua fase final de implementação e que iria permitir ter mais um instrumento para monitorização do que se passava no Rio Tejo e perceber a qualidade da água que tínhamos a montante, jusante e junto a Vila Velha de Ródão e possibilitar dar essa informação em tempo real a qualquer pessoa porque a mesma estará disponível na página da internet do Município e de uma organização não governamental da área do ambiente que está a colaborar com a Autarquia. Referiu ainda que o sensor instalado junto à descarga do efluente da Celtejo já estava a transmitir leituras à cerca de um mês mas como essa informação era muito técnica estava-se a trabalhar no sentido de a tornar mais perceptível e que também já estava instalado o sensor a jusante, junto à Barragem de Fratel e à dificuldade na instalação do sensor a montante da Barragem de Cedilho, devido à dificuldade na cobertura dos dados móveis, problemas esses que já foram ultrapassados, pensando que muito em breve terá o sistema a funcionar em pleno. Mais disse que este era um investimento que o Município tinha feito e que possibilitaria ajudar no debate, de uma forma informada, sobre a qualidade da água deste rio, porque a seriedade das questões levantadas mereciam esse rigor e aqui o executivo daria o seu contributo. Em relação ao protocolo celebrado com a APA disse que se referia à recuperação das linhas de água nas zonas afetadas pelos incêndios do verão passado, que por falta de capacidade de resposta por parte desta entidade para assumir estes trabalhos, protocolou os mesmos com os municípios aderentes, que

após a sua realização seriam ressarcidos pela APA na totalidade dos investimentos, salientando a importância do mesmo. Quanto ao protocolo com a Diocese disse que este vinha no seguimento de uma candidatura e que tinha como objetivo fazer uma inventariação de todo o espólio patrimonial existente nas capelas, sendo importante a realização deste inventário para que se tenha um registo atualizado e para salvaguarda do mesmo e sendo este um projeto financiado a participação do Município era muito pequena. Em referência ao ginásio municipal este era um bom exemplo da aposta que o executivo tinha feito em ter boas infraestruturas e que estava bem patente no número enorme de utilizadores deste espaço. As piscinas municipais de Vila Velha de Ródão e Fratel, devido à remodelação de que foram alvo, irão permitir que as mesmas estejam sempre a funcionar durante a época balnear. Referiu em seguida que o acréscimo do número de crianças nas creches era significativo e era o reflexo do esforço e da estratégia da Câmara Municipal e por um conjunto de políticas que incrementavam a natalidade, no apoio às famílias, aliviando as mesmas de encargos financeiros com as crianças, não só na creche mas também na escola, logo, a coordenação das políticas de atração de investimento para o concelho e as políticas sociais, davam estes resultados. Mais informou que a nível da região centro, talvez fosse o único concelho que no próximo ano letivo aumentará o número de turmas, uma no pré-escolar e outra no ensino básico.-----

---- O membro José Carlos Soares, em referência às estações ambientais, questionou se as estações que foram referidas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, eram da Autarquia ou eram da APA, ou seja, se havia redundância de informação entre as estações da Autarquia e as da APA, visto que esta entidade tinha em



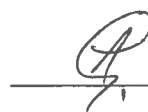
funcionamento várias estações nesses locais, identificando em seguida alguns desses equipamentos. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse, que na sua opinião, esta questão se enquadraria no ponto seguinte, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal concordado em responder nesse ponto.

----4-Outros assuntos de interesse para o Município; -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que no seguimento dos episódios de poluição do Rio Tejo, o Governo determinara a drenagem do leito do rio, estando prevista a retirada de 30.000m³ (trinta mil metros cúbicos) de lamas, fruto de muitos anos de descargas provenientes das indústrias da pasta de papel e que teria um investimento significativo de 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil euros). Mas, a decisão do local onde as mesmas estão depositadas não fora consensual e envolta em polémica, com muita gente a questionar qual a razão da escolha do mesmo, sendo este um local que se encontrava numa área protegida, junto de um monumento natural nacional e quando a legislação era clara neste sentido, em que proibía a deposição e o vazamento de resíduos. Na sua opinião e por uma questão de semântica que permitira uma decisão favorável do tribunal, porque aparentemente esta era uma situação temporária, entendeu o Ministério do Ambiente que tinha todas as condições para avançar com esta decisão no terreno referido e que todos conheciam. Houve algumas associações ambientais que tiveram oportunidade de se pronunciar bem como alguns autarcas e ficou-se a saber que, eventualmente, poder-se-ia encontrar outro local para efetuar esta deposição. No entanto, este Ministério teve um comportamento que, pessoalmente, não lhe agradou, porque, segundo algumas informações, o local proposto seria na zona, junto à Celtejo, mas que teria dois problemas, um com a cota do local que trairia consequências a nível

de custos e outro com a libertação de eventuais odores que seriam desagradáveis para a população vizinha. Quanto aos custos, se o Ministério do Ambiente iria poupar dinheiro porque depositava as lamas junto às "Portas de Ródão", era evidente que quem iria pagar era o concelho de Vila Velha de Ródão e as pessoas que cá residiam, porque sendo este um local situado num monumento natural, este Ministério deveria ter mais cuidado em não comprometer, uma vez mais, a imagem do concelho que tinha necessidade de atrair pessoas e de atrair turismo e este monumento era o que tínhamos de mais significativo no nosso território. Mais disse que lhe custava bastante, como natural deste concelho e apesar de não residir cá, ouvir o Ministro do Ambiente decidir, independentemente das questões técnicas, a utilização deste espaço e achava que a atitude do mesmo era demonstrativa de que era fácil ser forte com os fracos, este era um concelho pequeno, do interior, com poucos eleitores e assim foi fácil avançar com esta proposta e na sua opinião o Sr. Ministro esteve muito mal e a população de Vila Velha de Ródão merecia mais respeito. Assim, questionou qual tinha sido a posição da Autarquia em torno de todo este processo, qual o acompanhamento que estava a fazer e qual a opinião do executivo em relação às soluções alternativas e se entendia que esta situação tinha custos para o Município, que tinha e que se estes custos deveriam ser assumidos sobretudo pela tutela governamental. Questionou em seguida, no seguimento de uma proposta que fizera numa sessão anterior, sobre o ponto da situação para a colocação de caixas multibanco nas freguesias, porque na altura tinha ficado com a percepção de que o Sr. Presidente da Câmara Municipal concordara que, em colaboração com as Juntas de Freguesia, tentar resolver a situação.-----



----O membro Júlia Ceia referiu que se falou nos sensores de monitorização das águas do rio, o que a deixava satisfeita, mas voltava a apelar para a monitorização também da qualidade do ar. --

----À intervenção do membro Fernando Roma, dirigida ao membro Carlos Gonçalves, em que questionou se tinha lido a Ata da sessão de 27/04/2018, que na sua opinião, esclareciam as questões colocadas pelo mesmo, este membro respondeu que todos os contactos que tinha tido com associações ambientalistas e todas as informações que aqui mencionara, foram feitos e obtidas à posteriori dessa sessão e o facto de já ter sido discutido numa sessão e subsistindo o problema, teria que ser debatido as vezes que fossem precisas. -----

----O membro Luis Coutinho propôs à Mesa a apresentação de uma proposta de recomendação, da Coligação "Novo Rumo" com o título *"Recomenda à Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão que proceda à melhoria das condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, nos edifícios e instalações municipais que não disponham ainda dessas condições, nomeadamente no edifício dos Paços do Concelho, bem como, para o efeito de sinalização e orientação de acessibilidade, nas vias públicas circundantes aos espaços públicos."* -----

----Após o esclarecimento de algumas dúvidas sobre a forma de entrada e votação deste documento, o mesmo foi aceite, tendo sido lido pelo membro José Carlos Soares e que se transcreve abaixo: ---

----"O Decreto-Lei n.º 123/97 de 22 de Maio no seu sumário, e passa-se a citar: "Torna obrigatória a adopção de um conjunto de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade

condicionada", fim de citação.-----

---- Em 2006, o Decreto-Lei nº163/2006 de 22 de Maio actualiza o anterior Decreto-Lei e aprova o REGIME DA ACESSIBILIDADE AOS EDIFÍCIOS E ESTABELECIMENTOS QUE RECEBEM PÚBLICO, VIA PÚBLICA E EDIFÍCIOS HABITACIONAIS; no seu preâmbulo, e passa-se a citar, afirma: "A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, consequentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito.-----

---- São, assim, devidas ao Estado acções cuja finalidade seja garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, ou seja, pessoas que se confrontam com barreiras ambientais, impeditivas de uma participação cívica activa e integral, resultantes de factores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional.-----

---- Do conjunto das pessoas com necessidades especiais fazem parte pessoas com mobilidade condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos", fim de citação.-----

---- O mesmo Decreto-Lei n.º163/2006, no seu Artigo 9º "Instalações, edifícios, estabelecimentos e espaços circundantes já existentes",



refere no seu Ponto 1 que: "As instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos e espaços abrangentes referidos nos n.os 1 e 2 do artigo 2º, cujo início de construção seja anterior a 22 de Agosto de 1997, são adaptados dentro de um prazo de 10 anos, contados a partir da data de início de vigência do presente decreto-lei, de modo a assegurar o cumprimento das normas técnicas constantes do anexo que o integra", prazo esse que terminou em 8 de fevereiro de 2017, tal como constata o texto introdutório do Decreto-Lei nº125/2017 de 4 de outubro. -----

----Passados 21 anos da aprovação do Decreto-Lei nº123/97, pode-se constatar que o edifício dos Paços do Concelho não dispõe, ainda, de uma forma física, estrutural ou natural, de acessibilidade exterior a pessoas com mobilidade condicionada, sejam elas utentes, funcionários dos serviços ou outros, ao piso em que encontram os Serviços de Finanças, Cartório Notarial e Secretaria Municipal. ---

----A situação actual do acesso por uma porta com ligação para o exterior, nas instalações do Cartório Notarial, e disponibilizada pela boa vontade dos funcionários do mesmo Cartório, não nos parece ser uma solução funcional e de acesso livre de condicionalismos. Também o acesso ao piso superior, e dando como exemplo o Salão Nobre da Câmara Municipal, onde decorre normalmente esta Assembleia, não dispõe dos acessos não impeditivos, previstos na lei, para pessoas com mobilidade condicionada, e sem recorrer à boa vontade de terceiros, para poder assistir e participar. O mesmo se aplica à necessidade de acesso aos restantes serviços camarários instalados no mesmo piso. -----

----De igual forma, a sinalética na via pública para efeito de orientação de acessibilidade ao edifício é inexistente (com a excepção dos lugares de estacionamento reservados). -----

---- E aqui começa um problema! Como aceder ao próprio edifício, por exemplo, quando estacionado na Rua de Santana (frente à Câmara)?-----

---- Uma sinalética informativa nas vias circundantes dos espaços municipais orientaria, de uma forma natural e simples, não causando condicionalismos nos acessos disponíveis para o efeito.-----

---- Pelo exposto anteriormente, a coligação "NOVO RUMO - PPD/PSD.CDS/PP" propõe que a Assembleia Municipal adopte a seguinte resolução:-----

---- Resolução-----

---- A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão que proceda, com carácter de urgência, à melhoria das condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada nos edifícios e instalações municipais que ainda não disponham dessas condições, nomeadamente no edifício dos Paços do Concelho, bem como à sinalização e orientação de acessibilidade, nas vias públicas circundantes aos espaços públicos".-----

---- O membro Miguel Fradique achou esta proposta oportuna, mas pensa que esta situação já estaria a ser desenvolvida pela Câmara Municipal.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que já tinha sido feito um conjunto de intervenções no edifício dos Paços do Concelho, nomeadamente, o atendimento ao público situava-se no piso 0 (zero) para possibilitar o acesso a pessoas de mobilidade reduzida e todas as construções que têm sido feitas já corresponderem à lei nesses parâmetros. Este edificio estava neste momento a ser alvo de uma intervenção, que ainda não fora delineada, por causa das negociações que estavam em curso com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa), no sentido da



retirada do mesmo, dos serviços de Finanças e dos serviços de Cartório e Notariado e deslocá-los para o edifício da antiga "Maconova" e um dos argumentos que estava a ser utilizado nestas negociações era a questão da mobilidade do acesso porque as atuais instalações destas entidades não dão resposta, nem têm a qualidade que as pessoas merecem. Como tal, essa era uma questão que estava a ser tratada e esta resolução não fazia sentido quando o Município já estava atento e a trabalhar para a implementar. -----

----O membro José Carlos Soares respondeu que não punha em causa que a Câmara Municipal estivesse a fazer esse esforço, mas, que mais não fosse, esta proposta seria mais uma achega para o Executivo fazer pressão junto das entidades referidas, reforçando assim a urgência desta intervenção, mas de facto, a realidade neste momento era a descrita neste documento. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação esta proposta, tendo como resultado da mesma 4 (quatro) votos a favor e 15 (quinze) votos contra, pelo que esta não foi aprovada. -----

----O membro Fernando Roma, fez uma declaração de voto onde os membros da bancada socialista consideravam que apesar de ser uma proposta válida, achavam que, no seguimento das explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, a mesma, neste momento, não seria oportuna. -----

----Continuou, questionando qual a situação do projeto de saneamento da localidade de Silveira. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, começou por responder à questão dos sensores instalados no Rio Tejo, dizendo que verificara que os sensores instalados pela APA e apesar do investimento efetuado por esta entidade na instalação dos mesmos, com o passar dos anos, estava tudo na mesma. Assim e perante esta situação e com

os desenvolvimentos dos últimos anos nesta matéria, o Executivo começou a trabalhar nesta área, sabendo que entretanto a APA também começara a fazer o mesmo. Mais disse que, de facto, era uma redundância, mas esta informação daria segurança e de alguma forma, permitiria ter à disposição dados, porque fazia todo o sentido que a Autarquia tivesse o máximo de informação em seu poder e a proporcionar de forma transparente às pessoas.-----

---- Continuou, referindo que, em relação às caixas multibanco, a Autarquia tem vindo a trabalhar junto das instituições financeiras, uma solução para este problema, que se tem mostrado de difícil resolução, quer pelo facto das alterações no setor bancário, com a redução dos seus serviços, quer pelos custos que lhes estão associados e, principalmente, pela questão da segurança porque os privados não querem nas suas instalações este tipo de equipamento com o receio dos assaltos e do método com que os mesmos são praticados, ficando assim reduzidos às instalações da autarquia ou locais onde possam ser construídas instalações que possam albergar esses equipamentos. No entanto e apesar das dificuldades, o Executivo continuaria a trabalhar no sentido de encontrar soluções que respondam à necessidade de colmatar esta situação.-----

---- Em relação à questão das lamas do rio, disse que a maioria das questões aqui colocadas deveriam ser respondidas pelo Ministério do Ambiente, porque foram questões técnicas decididas por este Ministério. Daquilo que era responsabilidade da Autarquia e do acompanhamento que fora feito, houve sempre a preocupação de não se infringir qualquer plano territorial, nomeadamente o PDM, questão essa também colocada e acautelada desde o início pelo Ministério do Ambiente e cumprida em relação a essa matéria. Recordou também que a área onde se situava o depósito das lamas, tinha sido



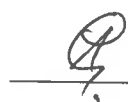
classificado como monumento natural por iniciativa da Câmara Municipal e onde o valor principal era o paisagístico, mas aquilo que também fora ponderado e que aqui se falava, foi a questão da imagem de Vila Velha de Ródão, de um local que era classificado, do seu concelho e dos problemas que tinha em matéria ambiental. Para o Executivo, aquilo que se impunha, era que os problemas se resolvessem o mais rápido possível, para que este concelho, que tem feito uma aposta no seu desenvolvimento e na atração de pessoas, deixasse de ser prejudicado com esta discussão que, em muitos casos, pouco procurava resolver os problemas, que muitas vezes não tinha suscitado o interesse dos interlocutores, que depressa se colocavam frente a uma câmara de televisão para falar do assunto, mas quando era para defender a população do concelho, até o evitavam. Em achega e referindo-se a uma iniciativa da empresa "Navigator" para constituição de um conselho ambiental e onde foram convidados a integrar o mesmo várias entidades e associações, estranhamente, uma das associações convidada, a PROTEJO, que estava sempre na linha da frente neste debate, não compareceu, achando que isso era demonstrativo da forma de estar de algumas pessoas. Continuou, dizendo que o que era fundamental era que o problema ambiental fosse resolvido, que deixasse de causar mais danos a esta vila, que na realidade levaria alguns anos a livrarmo-nos do mesmo, portanto quanto mais depressa o problema fosse resolvido mais rápido Vila Velha de Ródão entraria no caminho da afirmação, da discussão positiva e passaria a mensagem do que de bom por cá se fazia. Mais informou que a única associação ambiental que questionara esta decisão, fora a ZERO e que em relação à QUERCUS, o seu presidente manifestara-se contra as afirmações públicas que contestavam o método e o local que tinha sido escolhido pelo

Ministério do Ambiente, dizendo que esta era a melhor solução.-----

----- Quanto ao saneamento da Silveira, disse que o projeto já fora feito porque na sua opinião, esta era uma obra importante não só pelas questões ambientais, mas acima de tudo, pelo sinal de apoio que a Autarquia daria a uma população que apesar de ainda não ter essa infraestrutura pública de extrema importância, tem vindo a fazer um investimento enorme na recuperação de casas e incentivá-los a continuar. Mais informou que ainda não se tinha avançado com a obra a concurso publico porque tinha tido conhecimento de que iria haver uma segunda linha de candidaturas onde seria possível encaixar esta obra e como tal ir-se-ia tentar candidatar a mesma, mas no caso de uma vez mais, não se ter sucesso, avançar-se-ia com esta de imediato.-----

----- À questão do membro Fernando Roma se o Sr. Presidente teria conhecimento da qualidade da água que estava a ser distribuída na rede pública, pois esta apresentava em alguns locais, um cheiro e sabores estranhos, este respondeu que não houvera informação de qualquer ocorrência ou inconformidade dos parâmetros da mesma, mas iria verificar junto dos serviços competentes essa situação.-----

----- O membro Carlos Gonçalves disse ter alguma dificuldade em perceber como é que se podia concordar com a solução apresentada para depósito das lamas do rio, num espaço classificado. Sendo que a questão era que, para além da imagem ao qual o concelho ficará associado, manter esta situação num espaço que era o *ex-libris* do concelho, era dar continuidade a todo um conjunto de instituições e associações ambientais, acompanharem esta matéria de perto e por vezes com algum populismo. Disse que ficara surpreendido em ver a Câmara Municipal associar-se a esta decisão e que apesar da imagem de Vila Velha de Ródão já estar afetada, esperava que corresse tudo



bem. Lembrou que esta era uma mega operação, pouco comum em Portugal, criticara muito, noutra fórum, o Ministério do Ambiente e ao contrário do que esperava, percebera que a Autarquia também concordou com esta decisão. Hoje, as questões ambientais eram das matérias mais importantes para a comunicação social e era devido a este problema, que Vila Velha de Ródão estava sempre a ser citada nesses meios. Continuou, dizendo que tinha dificuldade em aceitar que uma decisão destas fosse possível em qualquer país da União Europeia porque havia uma tentativa de semântica para torneir a Lei em relação àquilo que eram resíduos temporários, para serem colocados em zona classificada e mesmo que tudo corresse bem, havia prejuízos claros para esta Vila e a imagem do concelho tinha que ser preservada. Mais disse que o problema da desertificação e a capacidade de atrair população, tinha associado dois fatores, que eram o emprego e as pessoas, existindo emprego no nosso concelho as pessoas, devido ao problema da poluição, iam viver para os concelhos limítrofes, já tínhamos este estigma associado e como tal achava que este problema com a deposição das lamas, seria desnecessário. O plano técnico poderia ter as suas razões, mas deveriam ter sido evocados os interesses para o concelho e tratando-se de um monumento nacional, também para o país, reforçando que o Ministério do Ambiente não procedeu de forma correta e que esta questão de semântica, que permitia quase legalizar esta situação, o deixava preocupado. -----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o concelho poderia ser pequeno, mas nem o Presidente do Executivo era mudo, nem deixava de defender os interesses do concelho, como deveria já ter tido oportunidade de perceber e só não via se o não quisesse ver. Mais disse que não era um dos seus atributos refugiar-se no que

quer que fosse e tinha sido frontal com toda a gente, inclusive com o Sr. Ministro do Ambiente.-----

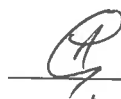
---- O membro Carlos Gonçalves interrompeu, dizendo que houve vários autarcas que reagiram publicamente e o Sr. Presidente da Câmara Municipal não só não respondera, como acabara de afirmar que concordava com esta decisão.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que dar-lhe-ia as respostas quando este membro o respeita-se, como o não estava a fazer, a resposta estava concluída.-----

---- O membro Carlos Gonçalves retorquiu que, na sua opinião, toda a gente ficara a perceber que o Sr. Presidente da Câmara não tinha argumentos e que condicionara a sua decisão à decisão do Ministério do Ambiente.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que a autarquia sempre tem estado do lado da solução e disse também que a informação difundida sobre o abate de árvores naquele local, não correspondia à verdade e todos sabiam que o que ali existia anteriormente eram restos de máquinas obsoletas, junto ao rio e ao longo do terreno e segundo informação que solicitou, foi-lhe garantido que não fora arrancada uma única árvore.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que a questão fundamental era que este era um monumento nacional e era uma área classificada e como tal esta era uma questão que nem se deveria a estar aqui a ser discutida e neste ponto, não havia nenhum reparo a fazer à Câmara Municipal, porque foi o Ministério do Ambiente que encontrara uma forma de torpear a Lei. O que pretendeu com a sua intervenção, foi dizer que este espaço não merecia que fosse lá feita esta instalação e a pergunta que fizera foi se não haveriam outras alternativas, mais caras, mas que pudessem ser aproveitadas por



este Ministério e isto para o bem da imagem de Vila Velha de Ródão, da sua população e muito particularmente daquele espaço e do turismo a ele inerente. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que, em vez de colocarem estas questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que de facto não tinha muito a ver com esta questão, os membros deste Órgão tinham a legitimidade para elaborarem e apresentarem uma Moção à Assembleia Municipal, solicitando ao Presidente desta que a mesma fosse enviada ao Sr. Ministro do Ambiente. -----

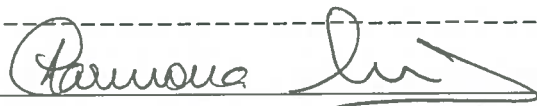
----O membro Carlos Gonçalves respondeu que não faziam Moções sem terem conhecimento, por parte do Executivo, de toda a informação e era na Assembleia Municipal o sítio indicado para obter essa informação. Mais disse que o Ministro do Ambiente já tinha sido interpelado muitas vezes e achava que aquele espaço deveria ter merecido maior atenção das autoridades competentes, fosse qual fosse a intervenção que ali se pretendesse realizar. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal realçou que já por duas ocasiões se tinham aqui aprovado Moções e que uma delas já tinha sido com o presente Governo e com este Ministro do Ambiente, tendo-lhe sido enviado uma Moção de desagrado por uma entrevista dada pelo mesmo, onde falava sobre os inúmeros focos de poluição existentes ao longo do Rio Tejo. Mais disse que, apesar de não ser técnico, respeitava muito o trabalho destes e parecia-lhe que esta instalação previa e cumpria todos os requisitos de segurança. -----

----O membro Carlos Gonçalves respondeu que não punha em causa e confiava nos técnicos e no seu trabalho, só que esta era uma questão de princípio pelo facto de estar instalada numa área classificada e fundamental para a imagem do concelho e as questões de princípio eram as que valiam mais numa sociedade. -----

----- 5- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º
do Regimento;-----

----- Não havendo inscrições para este ponto, o Presidente da
Assembleia Municipal, deu por terminada a presente sessão, pelas
vinte e duas horas e trinta minutos e dela se lavrou a presente
ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos
membros da mesa.-----



Benedita Maria Pires Dias
Paula Cristina Ribeiro Gomes